

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O BANCO MUNDIAL

Christine Garrido Marquez<sup>1</sup>

Ivone Garcia Barbosa<sup>2</sup>

## RESUMO

A educação infantil vem gradativamente ocupando espaço na agenda internacional e a partir dos anos noventa, o Banco Mundial vem afirmando a relevância e a necessidade de financiá-la, por ser este um investimento no futuro, tanto em termos sociais como econômicos. O Banco Mundial tornou-se uma organização internacional de visibilidade no panorama educacional global, atuando tanto no financiamento como na assistência técnica, sendo também considerado um referencial de pesquisa em educação no âmbito mundial. O Banco Mundial vem adquirindo, nestes setenta anos de atuação, significativa importância no âmbito das políticas educacionais, desempenhando o papel, junto as nações mais pobres, de estrategista do modelo neoliberal de desenvolvimento e articulador da interação econômica entre os países, ocupando desta forma posição nuclear no processo de cooperação internacional. Suas políticas e estratégias vêm sendo universalizadas, como receituário único, independentemente da história, cultura e condições de infraestrutura de cada um dos países em desenvolvimento que recorrem aos seus empréstimos/orientações. O Banco Mundial tem investido na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para a educação infantil nos países em desenvolvimento. Realizamos uma reflexão crítica, buscando compreender as orientações conceituais e políticas do Banco Mundial quanto à educação, especialmente, à Educação Infantil presentes nos *Documentos Setoriais de Educação de 1995 e 2000* e identificar projetos que visam sua implementação no Brasil, a partir dos anos noventa. Procuramos desenvolver uma pesquisa documental e bibliográfica, com base em uma perspectiva sócio-histórico-dialética, situando-nos no eixo que trata das políticas públicas e educacionais do projeto *Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

## PALAVRAS-CHAVE

Políticas Educacionais. Banco Mundial. Educação da Primeira Infância. Educação Infantil.

---

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC). chgarridom@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC). ivonegbarbosa@hotmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, as produções científicas têm produzido bases de conhecimento para subsidiar políticas educacionais e práticas de educação e cuidado infantil, capazes de favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento pleno das crianças. A leitura de algumas pesquisas (BANCO MUNDIAL, 1995, 1998, 2000, 2002) bem como (MARQUEZ, 2006; PENN, 2002, ROSEMBERG, 2002; ROSSETTI-FEREIRA, RAMON, SILVA, 2002) permite-nos concluir que, as políticas propostas pelos governos e Organizações Internacionais – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNESCO, UNICEF – têm concebido programas de educação e cuidado da primeira infância, como uma forma de intervenção social para a superação das desigualdades em países em desenvolvimento.

A educação infantil vem gradativamente ocupando espaço na agenda internacional. A partir dos anos noventa, o Banco Mundial decidiu prestar maior atenção ao desenvolvimento da criança e à educação inicial. O Banco vem adquirindo expressiva importância no âmbito das políticas públicas, desempenhando o papel, junto aos países mais pobres, de estrategista do modelo neoliberal de desenvolvimento e articulador da interação econômica entre as nações, ocupando desta forma posição nuclear no processo de cooperação internacional.

O Banco Mundial tem investido na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para a primeira infância nos países em desenvolvimento. É justamente sobre essa problemática que nos propomos realizar uma reflexão crítica, buscando compreender as orientações conceituais e políticas do Banco Mundial quanto à educação, especialmente, à Educação Infantil presentes nos *Documentos Setoriais de Educação de 1995 e 2000* e identificar projetos que visam sua implementação no Brasil, a partir dos anos noventa. A nossa questão central a ser respondida, ao longo da pesquisa, é: quais as orientações conceituais e políticas do Banco Mundial para a educação infantil e que programas e projetos existem para sua implementação, a partir dos anos noventa?

## **METODOLOGIA**

Procuramos desenvolver uma pesquisa documental e bibliográfica, com base em uma perspectiva sócio-histórico-dialética, situando-nos no eixo que trata das políticas públicas e educacionais do projeto “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (BARBOSA, 2003).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos *Documentos Setoriais de Educação* do Banco Mundial (2000a, p. 24) mostra que a partir dos anos noventa, para o Banco “El desarrollo del niño en la primeira infancia es una esfera de financiamiento relativamente nueva, pero que cada vez adquiere más importancia”.

Apesar da importância concedida a educação elementar, o Banco referencia no seu quarto documento *Prioridades y estrategias para la educación: estudio sectorial del Banco Mundial* (1995), a relevância da adoção de programas integrados dirigidos à primeira infância, tendo como base de sustentação teórica das políticas de educação infantil a mesma dos demais níveis de ensino: a *teoria do capital humano*, que busca a reprodução e a acumulação do capital, em contraposição ao desenvolvimento humano e social da primeira infância.

Neste contexto, em abril de 1996, o Banco organizou uma conferência global sobre *Desenvolvimento Inicial da Criança: Investindo no Futuro*, em Atlanta, Geórgia. Participaram representantes de governos, organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, entidades multilaterais e bilaterais. A conferência reafirmou a importância da promoção de um compromisso mundial com os direitos da criança e com a satisfação de suas necessidades de desenvolvimento. Definiram uma lista de *necessidades básicas para o crescimento da criança*, reconhecendo a importância e o efeito sinérgico de um desenvolvimento físico, cognitivo e emocional sadio.

O Banco apresentou suas propostas de educação da primeira infância partindo de justificativas econômicas e científicas. As *justificativas econômicas* para o investimento na educação da primeira infância pautam-se na premissa de que é importante investir desde o nascimento no desenvolvimento infantil para que, na fase adulta, elas possam inserir-se no mercado de trabalho e produzir satisfatoriamente, reduzindo gastos financeiros futuros com educação e saúde.

A *justificativa científica* parte de pesquisas médicas realizadas nos Estados Unidos, baseadas nas neurociências, que demonstraram que “o período mais rápido de desenvolvimento do cérebro ocorre nos primeiros anos de vida e que as experiências da infância têm efeito duradouro sobre a futura capacidade de aprendizagem do indivíduo” (BANCO MUNDIAL, 1998, p. 9). O Banco apropriou-se do discurso segundo o qual o investimento no desenvolvimento inicial da criança abre *janelas de oportunidades*, que são os *períodos cruciais* de desenvolvimento infantil, entre o período pré-natal e os seis anos de

idade, quando se estabelece a capacidade de funcionamento físico, emocional, social e cognitivo (verbal e espacial). Se essas oportunidades forem perdidas, isto é, não receberem os estímulos apropriados durante os *períodos cruciais*, dificilmente, embora não impossível, possam futuramente se reativar por si mesmas.

Para o Banco Mundial, conforme esclarece Penn (2002), o que define a primeira infância é a *capacidade cerebral*, baseado na suposição de que as crianças pequenas passam pelos mesmos estágios de desenvolvimento nas mesmas idades, tanto nas regiões distantes do Nepal como em Chicago. A *cultura* produziria apenas pequenas variações pois, os estágios de desenvolvimento e as práticas associadas são semelhantes em toda parte, devendo ser propostas por programadores esclarecidos práticas adequadas ao desenvolvimento da primeira infância.

Na visão do Banco, o investimento em *Programas de Desenvolvimento Inicial da Criança* propicia inúmeros benefícios como: a promoção do desenvolvimento sadio do cérebro, influenciando sobre a futura capacidade de aprendizagem da criança; maior inteligência; melhor nutrição e saúde; aumento das chances de sobrevivência infantil; aumento do índice de matrículas escolares; preparação da criança para a escola, melhorando seu desempenho e reduzindo a necessidade de repetência; atendimento às necessidades das mães enquanto ajudam seus filhos; liberação da mão de obra feminina (mãe trabalhadora); liberação das irmãs mais velhas da tarefa de cuidar dos mais novos, podendo voltar à escola; auxílio aos pobres e desfavorecidos; maior equidade social (BANCO MUNDIAL, 1998).

Dois tipos de projetos de desenvolvimento inicial da criança vem sendo financiando pelo Banco: projetos autônomos e projetos do setor social com componentes de desenvolvimento infantil. Estes projetos incluem diversas modalidades de programas formais e informais, com diferentes objetivos, denominações e maneiras de serem implementados, adaptados ao contexto dos países clientes, numa das abordagens: prestação de serviços às crianças, formação de professores, educação de pais, e educação através dos meios de comunicação.

## **CONCLUSÃO**

Nesta linha de reflexão, torna-se evidente que as orientações educacionais do Banco Mundial são apresentadas como uma proposta articulada – uma ideologia e um pacote de medidas – revelando a continuidade e a adaptabilidade de suas políticas e estratégias de atuação, em todos os níveis de ensino, incluindo a Educação da Primeira Infância.

As políticas prescritas desde o *Documento Setorial de 1971* e aprofundadas nos documentos subsequentes, presentes tanto nos projetos financiados como nas políticas públicas, estão seguindo a lógica hegemônica orientada pelo Banco Mundial desde os anos setenta: *formar o capital humano*, e acrescida nos anos noventa, da *formação do capital humano do futuro desde a primeira infância*, com o objetivo de assegurar a reprodução e a acumulação do capital, comprimindo os direitos de desenvolvimento humano e social da criança pequena.

Infelizmente, por um lado, as novas faces da educação da primeira infância estão sendo orientadas numa visão economicista, pautada em preceitos econômicos e na redução dos gastos públicos, incorporada como componente dos projetos financiados, através de programas alternativos informais de baixo custo. Felizmente, por outro lado, a creche e a pré-escola são instituições educativas, científicas e sociais, seu reconhecimento e sua legitimidade social estão vinculados, historicamente, à sua função social de educar, comprometida com a construção de uma sociedade democrática e justa. A creche e a pré-escola são contextos educativos, constituindo-se em espaços privilegiados de aprendizagens das crianças de zero até seis anos, nos vários aspectos – físico, motor, afetivo, social, intelectual, cognitivo, cultural, ético e estético.

Ao abrir mão do reconhecimento histórico, das lutas e reivindicações sociais, em especial da classe trabalhadora, dentre as quais certamente está o direito à educação das crianças pequenas em instituições públicas coletivas, a Educação da Primeira Infância corre o risco de servir, não a sua transformação, mas a propósitos de reprodução do poder e das suas estruturas existentes. A educação não pode perder sua finalidade essencial: a produção do conhecimento autônomo para o bem estar coletivo e para a emancipação social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**BANCO MUNDIAL. Brasil desenvolvimento da primeira infância: foco sobre o impacto das pré-escolas.** Washington: Banco Mundial, 2002. 62 p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento inicial da criança: manual para usuários do website.** Washington, D.C.: Banco Mundial, 1998. 87 p.

\_\_\_\_\_. **Estrategia sectorial de educación.** Washington, D.C.: Banco Mundial, 2000.

\_\_\_\_\_. **Prioridades y estrategias para la educación:** estudio sectorial del Banco Mundial. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1995. 140 p.

BARBOSA, Ivone Garcia et. al.. **Projeto políticas públicas e educação da infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas.** Goiânia: UFG, 2003. 45 p.

MARQUEZ, Christine G. **O Banco Mundial e a Educação Infantil no Brasil.** 2006. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

PENN, H.. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar. 2002, p. 7-24.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar. 2002, p. 25-63.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S.. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar. 2002, p. 65-100.

**INSTITUIÇÃO DE FOMENTO:** Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).